



PADRÕES DE CONSUMO E FORMAÇÃO DE RESERVAS AO LONGO DO CURSO DA VIDA COMO DETERMINANTES DA QUALIDADE DE VIDA NA VELHICE

LIFE-COURSE CONSUMPTION PATTERNS AND FINANCIAL RESERVE ACCUMULATION AS DETERMINANTS OF QUALITY OF LIFE IN OLD AGE

DOI: 10.5281/zenodo.21366057



Edson dos Santos Moraes¹

Jonatas Andrade Pinheiro²

Marta Ferreira Bastos³

RESUMO

Envelhecer com dignidade não é apenas uma questão biológica, mas o resultado de escolhas e condicionamentos financeiros que se acumulam ao longo de décadas. Esta revisão integrativa estudou os efeitos dos padrões de consumo e da formação de reservas financeiras sobre o bem-estar na velhice, a partir da análise de 13 estudos publicados entre 2015 e 2026. Os achados revelam um paradoxo inquietante: embora a maioria das pessoas reconheça a importância de poupar para a aposentadoria, mais da metade da população brasileira situa-se nos níveis mais baixos de preparação financeira para a inatividade profissional, e três em cada quatro indivíduos jamais calcularam quanto precisariam acumular para manter seu padrão de vida. Esse déficit não se explica apenas pela escassez de renda. Vieses comportamentais como a procrastinação e a ancoragem cognitiva, aliados a desigualdades estruturais de gênero, raça e classe social, revelam que o problema é tão sociológico quanto econômico. A análise evidencia ainda que o crédito consignado, frequentemente apresentado como solução, pode operar como mecanismo de aprofundamento da vulnerabilidade de idosos de baixa renda, configurando formas sistemáticas de violência financeira. Em contrapartida, a educação

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo/SP, Brasil.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo/SP, Brasil.

3 Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo/SP, Brasil.





financeira, o suporte familiar e o engajamento produtivo na maturidade emergem como fatores protetores de grande importância. Conclui-se que o bem-estar na longevidade não se constrói apenas com poupança individual. Exige educação financeira desde a infância, planejamento, regulação efetiva do mercado de crédito e políticas públicas sensíveis às assimetrias que tornam o envelhecimento digno um privilégio de poucos.

Palavras-chave: envelhecimento; qualidade de vida; consumo; poupança; educação financeira; pessoas idosas

ABSTRACT

Aging with dignity is not merely a biological matter; rather, it is primarily the result of financial choices and constraints that accumulate over decades. This integrative review examined the effects of consumption patterns and the accumulation of financial reserves on well-being in old age through the analysis of 13 studies published between 2015 and 2026. The findings reveal a troubling paradox: although most people recognize the importance of saving for retirement, more than half of the Brazilian population falls into the lowest levels of financial preparedness for retirement, and three out of four individuals have never calculated how much they would need to accumulate in order to maintain their standard of living. This deficit cannot be explained solely by income scarcity. Behavioral biases such as procrastination and cognitive anchoring, combined with structural inequalities related to gender, race, and social class, demonstrate that the issue is as much psychological and sociological as it is economic. The analysis further shows that payroll-deductible loans, often presented as a solution, may function as a mechanism that deepens the vulnerability of low-income older adults, constituting systematic forms of financial abuse. Conversely, financial education, family support, and productive engagement in later life emerge as highly significant protective factors. It is concluded that well-being in longevity is not built solely through individual savings. It requires financial education from childhood, planning, effective regulation of the credit market, and public policies that are sensitive to the asymmetries that make dignified aging a privilege enjoyed by only a few people.

Keywords: aging; quality of life; consumption; savings; financial education; older adults.

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional contemporâneo configura-se como um dos desafios mais complexos para as sociedades do século XXI, exigindo uma análise sobre as condições de sustentabilidade e bem-estar das pessoas idosas. Segundo as projeções do IBGE (2025), a proporção de pessoas com 60 anos ou mais na população brasileira quase dobrou entre 2000 e 2023, passando de 8,7% para 15,6%, e deverá atingir 37,8% em 2070, um cenário que, aliado à queda da taxa de fecundidade, aponta para uma acelerada inversão da pirâmide etária e impõe pressões crescentes sobre os sistemas de proteção social (IBGE, 2025).

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 7 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





Apesar da importância do assunto, nota-se uma lacuna na literatura científica, caracterizada pela ausência de uma análise da associação entre os padrões de consumo e a formação de reservas financeiras como fatores diretos para o bem-estar na velhice. Portanto, esta revisão se justifica pela crescente pressão sobre os sistemas previdenciários e pela baixa preparação financeira individual comprovada em estudos prévios, que mostram uma média geral na Escala de Preparação Financeira para a Aposentadoria (EPFA) de apenas 2,52 em intervalo de 1 a 5, nível considerado crítico para a sustentabilidade econômica futura (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023). Além disso, foi verificado que 51,2% das pessoas estão nos níveis “muito baixo” ou “baixo” de preparação, o que demonstra uma vulnerabilidade sistêmica (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023).

A fragilidade do planejamento financeiro pessoal impede a conquista da independência financeira necessária para o descanso da atividade laboral, tornando o indivíduo exposto a riscos econômicos severos (TRIGUEIRO; VIEIRA, 2025). Essa vulnerabilidade se intensifica pela exposição ao endividamento, que atingiu 78,8% das famílias em 2024, aumentando os riscos de insolvência e comprometendo a saúde mental e autonomia da pessoa idosa (CNC, 2024). Diante deste quadro, esta revisão busca responder à seguinte pergunta norteadora: “Quais são os efeitos dos padrões de consumo e da formação de reservas financeiras ao longo do curso da vida sobre o bem-estar na velhice?”. O objetivo geral é analisar a produção científica acerca da relação entre o comportamento de consumo, a constituição de reservas e o impacto desses fatores na qualidade de vida das pessoas idosas.

2. MÉTODO

A presente investigação caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura fundamentada no referencial metodológico proposto por Whitemore e Knafl (2005). Este delineamento permite a síntese rigorosa e sistemática do conhecimento produzido, possibilitando a inclusão de pesquisas com diferentes abordagens metodológicas para uma compreensão abrangente do fenômeno investigado.





A pergunta norteadora da revisão foi formulada com base na estratégia PEO [População, Exposição e Desfecho (*Outcome*)], sendo definidos como população (P) as pessoas idosas, como exposição (E) os padrões de consumo e a formação de reservas financeiras ao longo do curso da vida e como desfecho (O) o bem-estar na velhice.

As buscas foram realizadas por meio de combinações dos seguintes descritores em todas as bases de dados utilizadas na pesquisa: [("envelhecimento" OR "idosos" OR "terceira idade") AND ("consumo" OR "comportamento do consumidor") AND ("planejamento financeiro" OR "poupança" OR "educação financeira") AND ("qualidade de vida" OR "bem-estar")].

Foram incluídos no estudo os trabalhos que atenderam, simultaneamente, aos seguintes critérios: artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares, no período de 2015 a 2026, estudos que abordassem, de forma articulada ou combinada, os temas consumo, planejamento financeiro e envelhecimento e textos disponíveis na íntegra, em língua portuguesa ou inglesa.

Foram excluídos os trabalhos que se enquadraram em pelo menos uma das seguintes condições: estudos sobre envelhecimento que não apresentassem relação com comportamento econômico, consumo ou formação de reservas financeiras, artigos de opinião, editoriais, cartas ao editor, resenhas e comentários sem base empírica ou teórica sistematizada e publicações duplicadas, sendo mantida apenas a versão mais completa ou mais recente.

A busca foi efetuada em dez bases de dados, totalizando 575 registros identificados. A base SciSpace foi a que apresentou maior retorno, com 195 registros, seguida por EBSCO (138), SSRN (83), PubMed/MEDLINE (77) e Semantic Scholar (33). As bases CAPES e LILACS contribuíram com 26 e 19 registros, respectivamente, enquanto RCAAP e IDEAS/RePEC tiveram participação mais restrita, com 1 e 3 registros. A base SciELO não retornou resultados para os descritores utilizados.

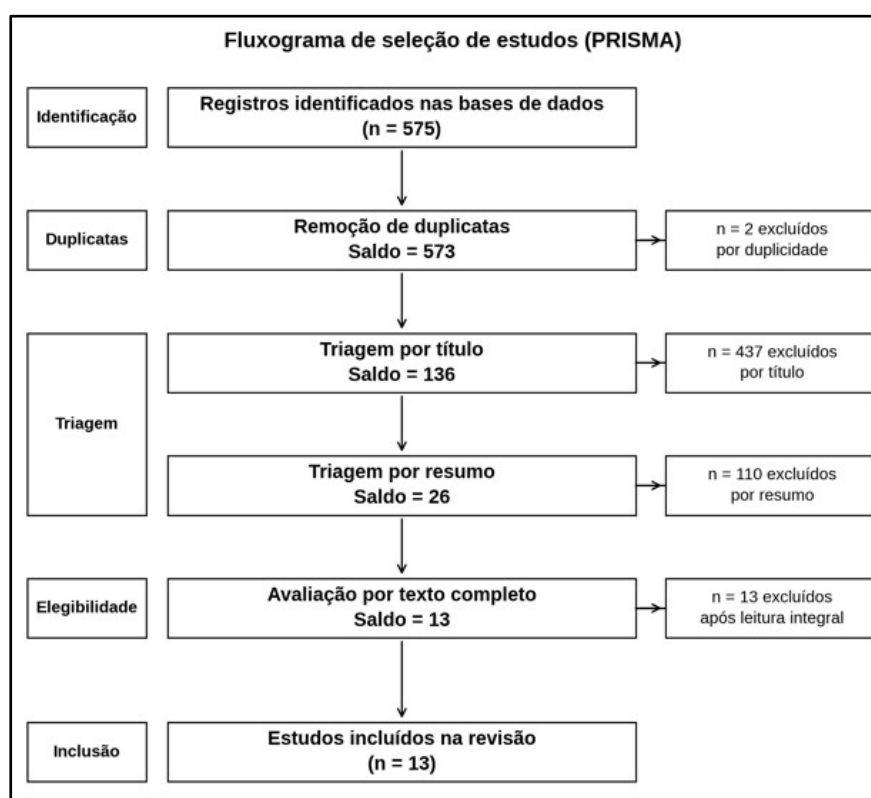
A seleção dos estudos foi conduzida em etapas sucessivas. Inicialmente, as *strings* de busca e suas variações foram executadas nas bases de dados prioritárias, com aplicação dos filtros de período (2015 a 2026) e de idioma (português e inglês). Em seguida, os registros





recuperados foram reunidos e as publicações duplicadas, removidas. Procedeu-se, então, à triagem por leitura de título e resumo, com aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Os estudos considerados potencialmente elegíveis foram submetidos à leitura na íntegra para confirmação da elegibilidade e posterior extração dos dados. O percurso de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos encontra-se sintetizado no fluxograma apresentado na Figura 1, a seguir:

Figura 1 — Fluxograma de seleção de estudos (PRISMA)



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise dos artigos revelou que a maior parte das exclusões decorreu da inadequação temática dos estudos em relação ao objeto de pesquisa. Esse padrão foi especialmente evidente na etapa de triagem por resumo, na qual grande parte dos artigos descartados



abordava o termo "consumo" sob uma perspectiva da área da saúde, associando-o à ingestão calórica e hábitos alimentares, e não ao consumo de bens, serviços, mercadorias ou produtos duráveis, o foco do presente estudo.

Os 26 estudos restantes foram lidos na íntegra para uma avaliação detalhada da sua elegibilidade, com foco na relevância científica para o problema da pesquisa. Dessa leitura, 13 artigos foram excluídos da lista, por se tratar de artigos de revisão. Ao final desse processo, foram incluídos 13 artigos científicos para descrição final dos achados, sendo todos os artigos gratuitos e organizados entre maio e junho de 2026.

3. RESULTADOS

Os artigos incluídos são apresentados no Quadro 1. A análise desses artigos permitiu a identificação de padrões críticos na relação entre o comportamento financeiro ao longo do ciclo vital e a qualidade de vida das pessoas idosas.

Quadro 1 – Artigos incluídos na revisão integrativa sobre padrões de consumo e formação de reservas como determinantes da qualidade de vida na velhice

Referência	Objetivo	Método	Principais Resultados	Limitações / Eventos Adversos
Financial literacy and financial planning: Implication for financial well-being of retirees Adam, A. M., Frimpong, S. & Boadu, M. O. (2017) Gana Business and Economic Horizons, v. 13, n. 2, pp. 224–236	Examinar como educação financeira, comportamento, apoio familiar, num. de dependentes e planejamento para aposentadoria influenciam o bem-estar financeiro de aposentados em Cape Coast, Gana.	Análise transversal. Amostragem aleatória simples (n=400).	Apoio familiar, planejamento e educação foram preditores significativos. Quem planeja tem patrimônio mais que dobrado.	Delineamento transversal; amostra restrita a Cape Coast; contexto de economia em desenvolvimento.
Assessing Mediating Role of Financial Satisfaction in the Relationship of Financial Literacy With Quality of Life in Retired Older Adults Kiaei, M. et al. (2022) Irã Iranian Journal of	Determinar a associação entre educação financeira e qualidade de vida em idosos aposentados, investigando o papel mediador da satisfação financeira.	Descritivo-correlacional, transversal. Amostragem aleatória estratificada (n=270; ≥60 anos).	Educação associada positivamente à Qualidade de Vida. Satisfação financeira confirmada como mediadora parcial.	Delineamento transversal; amostra restrita a organizações governamentais de Qazvin; satisfação financeira mensurada por 1 item.





Referência	Objetivo	Método	Principais Resultados	Limitações / Eventos Adversos
Ageing, v. 17, n. 3, pp. 322–337				
O efeito do envelhecimento na qualidade de vida e no comportamento de consumo Paço, A. (2015) Portugal Brazilian Journal of Marketing – REMark, v. 14, n. 1, pp. 84–96	Analisar a influência da idade nos domínios da QV (WHOQOL-bref) e no comportamento exploratório de consumo (EBBT) em adultos portugueses ≥45 anos.	Survey transversal por conveniência. n=150 adultos portugueses (45–64: n=61; ≥65: n=89).	Diferença significativa apenas no domínio físico da QV. Comportamento de consumo e QV não diferiram entre grupos etários.	Amostra não probabilística (n=150); ausência de variáveis de renda, poupança ou patrimônio; limitações com escala Likert dos idosos.
Preparação financeira para aposentadoria: análise multidimensional da percepção dos brasileiros Vieira, K. M.; Matheis, T. K.; Rosenblum, T. O. A. (2023) Brasil Revista Contabilidade & Finanças – USP, v. 34, n. 91, e1705	Avaliar a percepção da preparação financeira para aposentadoria na população brasileira não aposentada e identificar fatores que a influenciam.	Survey transversal, quantitativo. n=2.920 com não aposentados de 12 capitais e 20 cidades. Regressão linear múltipla HCCM.	Média EPFA=2,5/5; >51% com preparação muito baixa/baixa. 76,7% nunca estimou o quanto precisa poupar. Gastos acima da renda: maior preditor negativo.	Análise por conveniência; literatura brasileira incipiente sobre o tema.
Planejamento financeiro para aposentadoria: trabalhando com alunos do ensino fundamental Almeida, V. R.; Ribeiro, W. C. (2024) Brasil Sigmae, Alfenas, v. 13, n. 3, pp. 69–93	Compreender as percepções de alunos do ensino fundamental sobre planejamento financeiro para aposentadoria e testar a formação do viés da ancoragem.	Pesquisa-ação experimental n=87 alunos (Grupo 1: n=49; Grupo 2: n=38). Questionário de 10 questões. Análise percentual descritiva.	Viés da ancoragem confirmado. Grupo exposto à poupança: 30,6% a escolheu. Grupo com comparativo: 39,5% optou pelo Tesouro IPCA. >70% considera R\$1.412 insuficiente para idoso.	Estudo localizado; amostra pequena; nível de evidência baixo.
Envelhecimento na América Latina e no Caribe: perspectiva de contas nacionais de transferência (CEPAL/OPAS, 2023) América Latina e Caribe (10 países) OPAS/CEPAL – Década do Envelhecimento Saudável nas Américas, 2023	Caracterizar o envelhecimento da ALC com base nos perfis socioeconômicos sob a perspectiva das Contas Nacionais de Transferência (CNT); analisar renda, consumo, déficit do ciclo de vida e mecanismos de financiamento.	Análise quantitativa descritiva com dados secundários. Fontes: CEPAL; World Population Prospects 2019. Projeções até 2070.	Consumo na velhice ≈85% da renda de referência. Déficit na velhice maior que na infância. Transferências públicas (65%) e poupança (50%) financiam déficit. Pensões: até 92% das transferências públicas entre 74–90 anos.	Dados disponíveis para apenas 10 países; referência temporal por volta do ano 2000; documento institucional sem peer review.
O Trabalho como	Mostrar como o	Ensaio	Engajamento social	Artigo de posicionamento;





Referência	Objetivo	Método	Principais Resultados	Limitações / Eventos Adversos
Terceira Via para uma Nova Longevidade Duque, M.; Pinheiro, M. C. (2026) Brasil GV-executivo, FGV EAESP, v. 25, n. 1, e94738	trabalho redesenhado para vidas mais longas pode converter o envelhecimento em vantagem competitiva; propor marco conceitual articulando dimensões cultural, organizacional e econômica.	argumentativo . Fontes: McKinsey Health Institute (2023, 2025); AARP (2022); estudo longitudinal com 160 mil chineses.	associado à redução de mortalidade e preservação cognitiva. Em 2050, população com 50 anos ou mais responderá por ≈60% do consumo global (~US\$96 tri).	estimativas econômicas de consultoria sem peer review; perspectiva dos trabalhadores pouco explorada.
Planejamento Financeiro Pessoal: Obtendo a Independência Financeira para a Aposentadoria Trigueiro, T. F.; Vieira, A. A. (2025) Brasil Revista Foco, v. 18, n. 9, e9691	Estimar os valores necessários a serem poupados para manutenção do padrão de vida pós-aposentadoria, com base em produtos financeiros brasileiros e faixas de renda do IPEA.	Pesquisa aplicada, exploratória, quantitativa. Produtos: Poupança, CDB e Fundos Multimercado s. Cenários de 20 anos e renda perpétua.	Poupança ≈ 0% de rendimento real. Melhor cenário (CDB, 20 anos): poupar 54% da renda mensal. Cenário poupança: poupar 98% da renda – praticamente inviável. 74% dos idosos dependem da previdência pública.	Modelo assume rentabilidades históricas constantes; não inclui Tesouro Direto, previdência privada ou carteiras diversificadas.
É Possível Relacionar Consumo de Crédito com Bem-estar? Análises Discursivas com Consumidores Idosos Pinto, M. R.; Almeida, G. T. (2024) Brasil Revista de Ciências da Administração (UFSC), v. 26, n. 66, pp. 1–27	Compreender como o consumo de crédito influencia o bem-estar de idosos de baixa renda, capturando a interseccionalidade dos problemas além do endividamento.	Versão ampliada do Artigo 16. Pesquisa-ação com etnografia, entrevistas e trajetórias de vida. ACD com categorias ampliadas.	Três tipos de violência financeira: pelo consumo do crédito, má distribuição de renda e por uso indireto (idosos pagam dívida pública). Lobbying impede legislação protetiva.	Sobreposição significativa com o Artigo 16 (tratar em conjunto). Pesquisa qualitativa sem generalização; recorte de BH.
Reflexões da Educação Financeira pelo Mundo e no Brasil Romão, L. S.; Amboni, N. (2024) Brasil EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana (UFPE), v. 15, n. 1	Demonstrar pontos comuns e divergentes da educação financeira praticada em diferentes países em relação ao Brasil, identificando tendências globais.	Revisão documental narrativa e comparativa. Consulta a relatórios OCDE, EBF, FCAC, G20. Cobertura: 52 países + Brasil.	2 em 3 adultos no mundo são analfabetos financeiros. Brasil: 72 milhões de inadimplentes (jan./2024); 68,1% dos alunos de 15 anos abaixo do básico em matemática (PISA).	Estudo documental; não avalia efetividade dos programas; não aborda diretamente idosos nem formação de reservas.
Alfabetização financeira e planejamento de aposentadoria no Brasil	Analisar a alfabetização financeira e sua	Survey transversal (n=528)	60,42% com alta alfabetização. Apenas 12,88% c/	Amostra por conveniência no RJ; renda acima da nacional; não inclui idosos





Referência	Objetivo	Método	Principais Resultados	Limitações / Eventos Adversos
Dias, E. I.; Silva, A. C. M. (2024) Brasil Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 16, n. 3, pp. 01–22	influência sobre o planejamento para aposentadoria de trabalhadores ativos brasileiros; investigar lacuna de gênero.	trabalhadores ativos do RJ). Instrumentos: termômetro de Potrich et al. (2016)	planejamento. Taxa de poupança média: 19,89% da renda. Mulheres têm 1,77 vezes + chance de baixa alfabetização.	já aposentados.
Importância da educação financeira na aposentadoria: análise de investimentos em previdência complementar Lopes, N. G. B. et al. (2024) Brasil Contribuciones a Las Ciencias Sociales, v. 17, n. 12, pp. 01–33	Analisar a previdência complementar como alternativa de investimento para o planejamento financeiro da aposentadoria; identificar vantagens e riscos frente ao INSS.	Exploratório-descriptivo qualitativo. Quatro simulações com salários distintos. Rentabilidade projetada: 6% a.a.	Previdência privada acumulou patrimônio significativamente superior em todos os cenários (ex.: 4,3 vezes mais para salário de R\$7.786). Para salário-mínimo, renda vitalícia privada ficou abaixo do INSS.	Simulações sem atualização monetária; rentabilidade projetada pode não refletir desempenho real; único simulador (Sicoob); amostra restrita ao sexo feminino.
Educação financeira com idosos: relato de experiência do Núcleo de Apoio ao Superendividado de Canoas Souza, C. P. et al. (2023) Brasil Revista Práxis, Novo Hamburgo, a. 20, n. 2, pp. 290–307	Apresentar um relato de experiência das intervenções de educação financeira realizadas com grupos de idosos pelo NAS/PROCON de Canoas/RS, focando em prevenção ao superendividamento.	Relato de experiência qualitativo. 11 interv. pedagógicas (~1h30 cada) com 226 idosos (idade média 65 anos; 57% feminino). Metodologia lúdica.	Empréstimo consignado abusivo frequente (liberação sem autorização). Sobrecarga emocional associada a demandas financeiras de filhos/netos.	Relato de experiência sem generalização; sem instrumento sistematizado; sem mensuração pré-pós; contexto restrito a Canoas/RS.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os artigos selecionados foram estruturados em três eixos temáticos fundamentais, sintetizando as evidências extraídas dos estudos analisados:

3.1 Eixo 1 - Padrões de consumo na velhice, crédito e endividamento

A compreensão dos padrões de consumo ao longo da vida constitui elemento central para a análise das condições socioeconômicas da população idosa. Segundo a OPAS (2023), o sistema de Contas Nacionais de Transferência (CNT) demonstra que o consumo tende a





superar a renda do trabalho nas fases da infância e da velhice, enquanto a maior geração de renda concentra-se entre os 30 e os 49 anos. Na América Latina e no Caribe, o consumo médio das pessoas com mais de 64 anos corresponde a aproximadamente 85% da renda média do trabalho dos indivíduos em idade produtiva (OPAS, 2023). Esse fenômeno de redução do poder de consumo com o avanço da idade é particularmente acentuado em países como Brasil, Colômbia e México, diferindo do padrão observado em nações de alta renda, onde o consumo tende a crescer na velhice.

A análise dos déficits do ciclo de vida indica que a população idosa depende fortemente de transferências públicas e da redistribuição de ativos para sustentar o consumo, evidenciando assim uma vulnerabilidade daqueles que não dispõem desses mecanismos de proteção social (OPAS, 2023).

Embora exista uma tendência geral de retração do consumo com o envelhecimento, a literatura demonstra que as pessoas idosas não constituem um grupo homogêneo. Observou-se que os hábitos variam conforme a idade, o estado civil e os recursos econômicos, enquanto parte da população reduz gastos com transportes e alimentação, os idosos mais abastados tendem a ampliar significativamente o consumo de bens e serviços (PAÇO, 2015). Por outro lado, o aumento dos gastos com serviços de saúde e medicamentos é uma constante entre os grupos com menor reserva financeira (PAÇO, 2015).

Estudos indicam que ativos diversos e a gestão estratégica de patrimônio atuam como fatores protetores contra a depressão, a solidão e o declínio da qualidade de vida (MANSUETO et al., 2025). Ainda segundo Mansueto et al. (2025), a heterogeneidade do consumo também é influenciada pela percepção financeira e pela educação, que melhoram o bem-estar financeiro relatado e medeiam a relação entre capital social e satisfação na velhice.

Um ponto que merece destaque, é o papel ambíguo do crédito para os estratos de menor renda, uma vez que atua como um meio de liberdade e, ao mesmo tempo, como um mecanismo de "aprisionamento" afetando a vontade do consumidor idoso (PINTO; ALMEIDA, 2024). No Brasil, a ampliação do mercado de crédito, com intensa propaganda de





linhas de crédito facilitadas e empréstimos com desconto em folha de pagamento, aumentou a vulnerabilidade dessa parcela da população (SOUZA et al., 2023).

A contratação de linhas de crédito é muitas vezes usada para manter as necessidades básicas do dia a dia, para pagar dívidas ou para ajudar outros membros da família. Essa situação pode criar problemas sérios de dependência e exploração financeira dentro da família, sendo uma forma de violência econômica (SOUZA et al., 2023). Além disso, a atuação das instituições financeiras, muitas vezes sem filtros rigorosos, aumenta o risco de superendividamento, especialmente entre pessoas idosas que estão enfrentando algum declínio cognitivo ou isolamento social.

O superendividamento é uma das consequências mais graves da expansão do crédito entre idosos. É definido pela Lei n.º 14.181 de 2021 como a impossibilidade de quitar dívidas sem comprometer o mínimo necessário para viver. Intervenções feitas com grupos de pessoas idosas mostraram que o endividamento excessivo é um fenômeno com várias causas e sérias consequências no bem-estar e na saúde das pessoas (SOUZA et al., 2023).

O aumento de táticas como contatos fraudulentos e exploração da vulnerabilidade socioeconômica mostra que o superendividamento não é apenas um problema financeiro, mas também um agravante que ataca a dignidade e a autonomia da pessoa idosa (SOUZA et al., 2023).

3.2 Eixo 2 – Formação de reservas financeiras e perfil dos grupos mais vulneráveis

A literatura converge para um diagnóstico crítico, no qual a população brasileira apresenta níveis sistematicamente reduzidos de preparação financeira para a inatividade, fenômeno agravado por fragilidades estruturais como a elevada desigualdade social e o mercado de trabalho marcado pela informalidade (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023). Esse cenário é tencionado por um sistema previdenciário público em crescente desequilíbrio, o que torna a gestão do planejamento financeiro pessoal essencial para a obtenção da independência financeira na velhice (TRIGUEIRO; VIEIRA, 2025).





Em pesquisa nacional conduzida por Vieira, Matheis e Rosenblum (2023), com 2.920 participantes, foi revelado que a maioria dos brasileiros não aposentados possui uma preparação financeira classificada entre “baixa” e “muito baixa”. O dado mais alarmante refere-se à falta de planejamento concreto, sendo que três em cada quatro pessoas nunca calcularam o valor necessário para manter o padrão de vida após a aposentadoria (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023).

Essa ausência de planejamento não se limita apenas às pessoas pobres, indicando que problemas na alfabetização financeira atingem a maior parte da população (TRIGUEIRO; VIEIRA, 2025). Em termos globais, nota-se que o planejamento para a inatividade muitas vezes não é visto como prioridade para os trabalhadores. Isso resulta em benefícios previdenciários que, a longo prazo, se mostram insuficientes para manter o padrão de consumo desfrutado durante a fase ativa da vida (OPAS, 2023). No Brasil, essa dependência fica clara pelo fato de grande parte das casas nas quais moram pessoas idosas serem mantidas apenas pela renda da previdência pública (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023).

A trajetória demográfica brasileira acentua a urgência desse debate. A combinação entre o aumento da expectativa de vida e a redução das taxas de natalidade resultou em uma pirâmide etária que pressiona o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e os regimes militares (TRIGUEIRO; VIEIRA, 2025). Todos esses sistemas já apresentam déficits significativos, reforçando assim a necessidade de constituição de reservas financeiras individuais complementares (TRIGUEIRO; VIEIRA, 2025).

No entanto, ao questionar as pessoas sobre como agem em relação a guardar dinheiro ao longo da vida, a resposta mais comum entre os participantes foi: "nunca". Isso mostra que há uma desconexão entre dizer que se preocupa com o futuro e realmente fazer algo financeiramente (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023).

A má preparação financeira para a aposentadoria não é só por problemas econômicos. A pesquisa em finanças comportamentais mostra que fatores psicológicos e regras simples de





gestão de consumo e de reservas têm um papel importante nas decisões de poupança (TRIGUEIRO; VIEIRA, 2025).

A procrastinação para a constituição de reservas financeiras é um dos maiores problemas, sendo resultado de prioridades que favorecem o consumo imediato em vez de economizar para o futuro (TRIGUEIRO; VIEIRA, 2025).

O viés da ancoragem é outro mecanismo comportamental importante, e ocorre quando a pessoa, diante de uma pergunta desconhecida, usa uma informação inicial disponível (a âncora) e tende a mantê-la como referência central para julgamentos posteriores, mesmo que essa informação não seja realmente relevante para o problema. Experimentos pedagógicos mostraram que a falta de parâmetros comparativos induz o indivíduo a escolher opções familiares de investimento, como a caderneta de poupança, mesmo que essa não seja a opção mais rentável para o longo prazo (TRIGUEIRO; VIEIRA, 2025).

Além disso, dados mostraram que os níveis de alfabetização financeira afetam muito o comportamento no planejamento (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023).

A literatura analisada também mostra uma associação entre grupos populacionais mais vulneráveis, má gestão financeira e hábitos inadequados de consumo. Essas vulnerabilidades não vêm apenas de características isoladas, mas sim de configurações socioeconômicas e demográficas que se reforçam, aprofundando desigualdades por longo prazo no bem-estar financeiro dos indivíduos. O diagnóstico mais abrangente para o contexto brasileiro identifica cidadãos menos capazes de lidar com a preparação financeira para a aposentadoria: mulheres, jovens, divorciados ou separados, negros, pessoas com escolaridade em nível fundamental completo, morando em casa cedida por alguém, desempregados, com renda mensal bruta familiar de até R\$ 1.100,00 (na data do estudo) e com quatro ou mais dependentes (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023). Esses grupos apresentam alta vulnerabilidade relacionada à renda, emprego, escolaridade e má administração gastos e seriam os mais dependentes de políticas públicas que promovam educação financeira e ampliem as condições de acesso à previdência.





Sobre a variável gênero, a literatura mostra com muita clareza que as mulheres apresentam níveis menores de alfabetização financeira e, consequentemente, menor preparação para a aposentadoria (DIAS; SILVA, 2024). A maioria dos homens apresenta “alta” ou “muito alta” preparação financeira, enquanto para as mulheres predominam as categorias “baixa” e “muito baixa” (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023). Além disso, análises mostraram que pessoas do gênero feminino têm 1,77 vezes mais chance de estar no grupo de baixa alfabetização financeira quando comparadas aos homens (DIAS; SILVA, 2024). Essa diferença entre os gêneros é vista em todo o mundo, independente do nível de desenvolvimento do país e sem relação direta com a renda do país (DIAS; SILVA, 2024).

A escolaridade é um fator importante, visto que pessoas com mais estudo tendem a apresentar maior planejamento e constituição de reservas (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023). Os dados mostram que quem não concluiu o ensino fundamental tinha 32,6% de preparação “muito baixa” para a aposentadoria, e para aqueles com mestrado ou doutorado esse percentual era para 7,9% (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023). Esses resultados são confirmados pela forte associação entre escolaridade e alfabetização financeira, alinhando o fato de que o nível educacional atua como um dos principais preditores do conhecimento financeiro (DIAS; SILVA, 2024).

A renda também tem um papel importante na capacidade de preparação financeira. Grupos com renda mais alta têm mais pessoas com “alta” e “muito alta” preparação para a aposentadoria (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023). A renda da família foi um fator muito importante para a alfabetização financeira (DIAS; SILVA, 2024).

O número de dependentes financeiros também se apresenta como um fator restritivo à formação de reservas, apresentando relação negativa com a taxa de poupança. Indivíduos com quatro ou mais dependentes integram o grupo de maior vulnerabilidade, apresentando dificuldades significativas para o acúmulo de recursos para a aposentadoria (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023).

A condição racial adiciona outra dimensão de vulnerabilidade: indivíduos autodeclarados pretos apresentam 25,1% de preparação “muito baixa”, percentual





significativamente superior aos observados para brancos (14% (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023). Essa desigualdade reflete disparidades estruturais de renda e riqueza acumulada que se manifestam ao longo da vida (VIEIRA; MATHEIS; ROSENBLUM, 2023).

Por fim, o desemprego e a informalidade são barreiras importantes. Nesse cenário, ter reservas financeiras pessoais torna-se cada vez mais necessário para manter o padrão de vida na velhice (ALMEIDA; RIBEIRO, 2024).

3.3 Eixo 3 – Bem-estar na velhice: dimensões e fatores protetores

A literatura mostra que a relação entre educação financeira e bem-estar na velhice acontece por meio de uma série de mediações que conecta conhecimento, planejamento e segurança econômica ao longo da vida (DIAS; SILVA, 2024). Pessoas com maior domínio de conceitos financeiros costumam ter comportamentos mais positivos em relação ao consumo, ao planejamento da aposentadoria e à formação de reservas, o que impacta diretamente na qualidade de vida e na redução de vulnerabilidades durante a velhice (DIAS; SILVA, 2024). Estudos brasileiros mostraram que a alfabetização financeira, composta pelas dimensões de conhecimento, comportamento e atitude, têm um papel importante no planejamento para a aposentadoria (DIAS; SILVA, 2024).

A participação produtiva é um fator importante de proteção para o envelhecimento saudável, tendo efeitos positivos na saúde física e mental das pessoas (DUQUE; PINHEIRO, 2026). Estudos indicam que atividades como trabalho remunerado, empreendedorismo e participação comunitária estão associadas à diminuição da mortalidade, à prevenção de doenças crônicas e ao aumento do senso de propósito na maturidade (DUQUE; PINHEIRO, 2026).

Nesse contexto, é importante falar sobre o conceito de *bridge employment*, que descreve modalidades de trabalho que funcionam como uma transição entre o emprego em tempo integral e a saída definitiva do mercado de trabalho (DUQUE; PINHEIRO, 2026). Esse modelo inclui arranjos flexíveis, como consultorias, mentorias, contratos por projeto, jornadas





reduzidas e combinações que associem receber a aposentadoria e continuar trabalhando (DUQUE; PINHEIRO, 2026). Esses formatos ajudam as pessoas a permanecerem ativas no mercado de trabalho e seguras financeiramente, conciliando renda com maior flexibilidade. Além dos benefícios individuais, a permanência produtiva da população idosa gera o chamado "dividendo da longevidade", que fortalece a economia por meio da inovação e do consumo (DUQUE; PINHEIRO, 2026).

Outro ponto que merece destaque é o suporte familiar, visto como um dos fatores mais importantes para o bem-estar financeiro na velhice e superando, em termos de magnitude de efeito, tanto a educação financeira quanto o planejamento individual para aposentadoria (ADAM; FRIMPONG; BOADU, 2017).

Como observado por Adam, Frimpong e Boadu (2017), em estudo desenvolvido em Gana, quando os benefícios previdenciários públicos são insuficientes para a manutenção do padrão de vida na inatividade profissional, a rede familiar assume um papel importante ao oferecer apoio material aos aposentados.

Esses resultados mostram que as políticas voltadas à melhora do bem-estar na velhice não devem se limitar à promoção da educação financeira individual, mas devem incluir, igualmente, o fortalecimento dos vínculos sociais e dos arranjos familiares de cuidado e proteção (ADAM; FRIMPONG; BOADU, 2017).

No cenário internacional, as estratégias de implementação variam entre os países. Portugal, por exemplo, destaca-se por integrar a educação financeira como componente obrigatório no currículo escolar, com conteúdo que abrangem desde a gestão do orçamento familiar e a análise crítica do consumo até a compreensão de sistemas de seguros e investimentos (ROMÃO; AMBONI, 2024). Já no Brasil, a institucionalização do tema ocorreu por meio da Estratégia Nacional de Educação Financeira e a posterior inclusão na Base Nacional Comum Curricular em 2017 (ROMÃO; AMBONI, 2024). No modelo brasileiro, a temática é tratada de forma transversal, dialogando com diferentes disciplinas para adaptar o conteúdo à realidade regional e cultural do país (ROMÃO; AMBONI, 2024).





Segundo Kiaei et al. (2022), a educação financeira tem um impacto importante sobre a qualidade de vida das pessoas idosas, tanto direta quanto indiretamente, sendo a satisfação financeira o meio pelo qual isso acontece. Isso reforça a importância de intervenções educativas voltadas para o planejamento financeiro ao longo da vida.

A importância da educação financeira para o bem-estar na velhice é ampliada pelos desafios educacionais da população idosa, que muitas vezes apresenta baixos níveis de alfabetização funcional, o que pode limitar a capacidade de adaptação às novas transformações econômicas (ROMÃO; AMBONI, 2024). Dessa forma, a promoção da educação financeira deve ser compreendida como uma política pública essencial de preparação para a longevidade, exigindo a articulação entre governos e instituições de ensino para fortalecer a autonomia econômica e reduzir a vulnerabilidade financeira (ROMÃO; AMBONI, 2024).

4. DISCUSSÃO

Esta revisão integrativa buscou identificar os fatores que influenciam os efeitos dos padrões de consumo e da formação de reservas financeiras ao longo do curso da vida sobre o bem-estar na velhice. Os resultados dos 13 estudos selecionados evidenciaram que essa relação não é linear nem unidimensional, sendo mediada por um conjunto de fatores socioeconômicos, comportamentais, institucionais e educacionais que atuam de maneira dinâmica e se manifestam de forma distinta nas diferentes etapas da vida.

Referente aos achados sobre os padrões de consumo na velhice, tema do primeiro eixo, observou-se uma heterogeneidade estrutural que contraria interpretações simplificadas. A OPAS (2023), por meio da metodologia das Contas Nacionais de Transferência (CNT), demonstrou que o consumo médio das pessoas idosas na América Latina e no Caribe equivale a aproximadamente 85% da renda de referência dos trabalhadores em idade ativa. Além disso, embora, o poder aquisitivo se reduza com o avançar da idade, as necessidades de consumo permanecem elevadas e tendem a se reconfigurar em direção a despesas com saúde e serviços





assistenciais (OPAS, 2023). Esse déficit de consumo, financiado primordialmente por transferências públicas e pela poupança acumulada, sugere que a constituição de reservas ao longo da vida ativa é fundamental para o bem-estar material na velhice.

A pesquisa de Paço (2015) relata que o comportamento de consumo não é muito diferente entre os grupos etários de 45 a 64 anos e de 65 anos ou mais, contrariando a ideia de que o envelhecimento, por si só, traz uma mudança radical nos hábitos de consumo, reduzindo-os. No entanto, a autora nota que as composições internas das cestas de consumo mudam, já que pessoas idosas mais ricas aumentaram os gastos com lazer e viagens, enquanto as mais pobres intensificaram os gastos com saúde e medicamentos. Esses dados corroboram com a visão da OPAS (2023), que também mostra a heterogeneidade dos perfis de consumo segundo a condição socioeconômica, indicando que o padrão de acúmulo anterior é determinante para o tipo de consumo possível na velhice.

Também em um sentido convergente, Pinto e Almeida (2024) mostraram que, nas camadas de menor renda, o crédito tem uma função substitutiva perversa, atuando como mecanismo para sobrevivência e sustentação do padrão mínimo de consumo. Os autores identificam três dimensões da violência financeira contra pessoas idosas de baixa renda: a violência pelo uso do próprio crédito, a violência estrutural decorrente da precarização do mercado de trabalho e a violência pelo uso indireto da renda das pessoas idosas para sustentar o sistema financeiro do Estado por meio do financiamento da dívida pública.

Essa visão é complementada por Souza et al. (2023), que em estudos sobre grupos de pessoas idosas residentes em Canoas (RS), mostraram que o superendividamento é um fenômeno multifatorial que envolve a vulnerabilidade cognitiva e emocional da pessoa idosa, a falta de educação financeira adequada e a ação predatória das instituições financeiras e agentes fraudulentos. Os autores notaram que tomar empréstimos consignados sem o consentimento consciente do contratante e a pressão de familiares para acesso aos recursos dos idosos são práticas comuns, configurando formas de exploração financeira que comprometem diretamente a autonomia e o bem-estar. Esses achados, em conjunto, sugerem que os efeitos dos padrões de consumo sobre o bem-estar na velhice não se limitam às





escolhas individuais racionais, mas são fortemente condicionados pelas relações de poder e pela disponibilidade dos mecanismos públicos de proteção.

O segundo eixo de discussão se concentraram nos fatores que influenciam a formação de reservas financeiras ao longo da vida e nos efeitos sobre a segurança econômica na velhice. A literatura analisada converge para um diagnóstico que indica que a maioria da população brasileira não realiza poupança sistemática orientada à aposentadoria e apresenta níveis criticamente baixos de preparação financeira para a inatividade. Vieira, Matheis e Rosenblum (2023), em estudo de abrangência nacional, revelaram que a inadequação no planejamento financeiro para a aposentadoria não é uma singularidade da população de baixa renda, mas um fenômeno transversal à população.

Pesquisa realizada por Girelli, Souza e Coelho Junior (2023) confirma e amplia esse diagnóstico sob uma perspectiva global: cerca de 85% dos trabalhadores em idade ativa não priorizam a poupança para a aposentadoria, e estima-se que 44% das famílias em pré-aposentadoria não conseguirão manter nem mesmo 70% do padrão de renda após a inatividade. Ambos achados estão alinhados com as projeções da OPAS (2023), que indicam que, na América Latina e no Caribe, o déficit do ciclo de vida na velhice é financiado principalmente por transferências públicas e pela poupança acumulada, evidenciando assim uma dependência estrutural significativa da população idosa em relação aos sistemas previdenciários públicos. Trigueiro e Vieira (2025), sob uma perspectiva complementar, demonstram matematicamente que, diante da deterioração desses sistemas, a poupança individual em produtos de alta rentabilidade passa a ser condição relevante para a manutenção do padrão de vida na aposentadoria, revelando ainda que o depósito exclusivo na caderneta de poupança, mecanismo muito usado pela população, é praticamente insuficiente para tal fim.

A literatura também converge ao identificar que a inadequação na formação de reservas não decorre exclusivamente de restrições econômicas objetivas. Trigueiro e Vieira (2025) e Vieira, Matheis e Rosenblum (2023) apontam a procrastinação como o principal mecanismo de inércia, decorrente da priorização sistemática do consumo presente em detrimento da poupança futura.





Pontua-se, no entanto, que os estudos analisados têm limitações metodológicas relevantes a serem consideradas na interpretação dos resultados. A predominância de delineamentos transversais, como nos estudos de Vieira, Matheis e Rosenblum (2023), Dias e Silva (2024) e Kiaei et al. (2022), não permite o estabelecimento de relações causais definitivas entre o comportamento financeiro ao longo da vida e os desfechos de bem-estar na velhice, já que a causalidade reversa não pode ser descartada. A utilização de amostras por conveniência e a restrição geográfica de alguns estudos também limitam a generalização dos achados.

O terceiro eixo de discussão abordou as relações entre educação financeira, instabilidade econômica e qualidade de vida na velhice. A literatura analisada fornece evidências consistentes de que a educação financeira é um fator protetor do bem-estar na velhice, atuando por meio de uma cadeia de mediações que articula conhecimento, planejamento, satisfação financeira e qualidade de vida. Kiaei et al. (2022), em estudo realizado com 270 pessoas idosas aposentadas no Irã, descobriram que a educação financeira se associa positiva e significativamente com a qualidade de vida, tanto diretamente quanto por meio da satisfação financeira como variável mediadora. Adam, Frimpong e Boadu (2017), em um contexto econômico em desenvolvimento (Gana), confirmaram parcialmente esse achado ao mostrar que o planejamento financeiro e a educação são preditores significativos do bem-estar financeiro na aposentadoria, mas introduzem uma nuance importante: o suporte familiar tem um efeito maior do que a educação e o planejamento individual. Essa discordância parcial entre os dois estudos é reveladora: enquanto Kiaei et al. (2022) colocam as competências individuais como determinantes centrais, Adam, Frimpong e Boadu (2017) relatam as redes de suporte social e familiar como elementos insubstituíveis do bem-estar econômico na velhice, especialmente em contextos em que os sistemas previdenciários públicos são insuficientes.

Dias e Silva (2024) ampliaram essa discussão ao mostrar que a alfabetização financeira tem um impacto significativo sobre o planejamento para a aposentadoria entre trabalhadores ativos brasileiros. Mas os autores relataram uma quebra entre o nível de





conhecimento e a transformação desse conhecimento em ação real de poupança, uma vez que apenas 12,9% mostram bom planejamento. Essa separação entre saber e agir se alinha com os achados de Vieira, Matheis e Rosenblum (2023), que identificaram a procrastinação e os gastos acima da renda como os principais sinais negativos da preparação financeira, o que é complementado pela hipótese implícita de Kiaei et al. (2022), na qual a educação traz efeitos visíveis no bem-estar, sugerindo que a mediação comportamental é uma etapa intermediária essencial dessa cadeia causal.

As evidências reunidas ao longo desta revisão apontam para a educação financeira como um dos principais instrumentos de promoção do bem-estar ao longo do curso da vida, com impactos especialmente importantes sobre a qualidade de vida na velhice. As análises de Romão e Amboni (2024) identificam que países com modelos bem estabelecidos de educação financeira integrada ao currículo escolar, apresentam maiores níveis de preparação para a vida financeira adulta. O Brasil, embora tenha avançado com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e a incorporação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda apresenta resultados insuficientes.

Dois em cada três adultos no mundo são considerados analfabetos financeiros, e o Brasil registrava em janeiro de 2024, 72 milhões de inadimplentes (ROMÃO; AMBONI, 2024). Isso mostra a distância entre a institucionalização formal do tema e os efeitos práticos sobre o comportamento financeiro das pessoas.

Lopes et al. (2024) situam a educação financeira não como um tema isolado, mas como componente de uma estratégia mais ampla de proteção e autonomia ao longo do ciclo vital. Os autores demonstram, por meio de simulações financeiras, que a previdência complementar pode acumular patrimônio significativamente superior ao do sistema público em cenários de renda média ou alta, embora, para faixas de salário-mínimo, a renda vitalícia privada possa ficar aquém dos benefícios do INSS. Essa qualificação é fundamental para o debate público: a previdência complementar não é uma solução universal, e sua eficácia como mecanismo de acumulação de reservas depende do nível de renda e do horizonte de poupança do indivíduo. Trigueiro e Vieira (2025) reforçam essa ressalva ao demonstrar que, mesmo no





cenário mais favorável, uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário (CDB) por 20 anos, seria necessário poupar 54% da renda mensal para garantir a independência financeira, revelando a inviabilidade prática desse modelo para grande parte da população brasileira.

Esta revisão tem limitações que devem ser consideradas na interpretação dos achados. A restrição das buscas às bases descritas pode ter excluído estudos relevantes indexados em outras plataformas, introduzindo um potencial viés de publicação. Além desse ponto, a estratégia de seleção temporal, delimitada ao período de 2015 a 2026, embora necessária para garantir a atualidade dos achados, impede a recuperação de referências anteriores que poderiam enriquecer a compreensão do fenômeno.

Essas limitações reforçam a necessidade de novos estudos com protocolos mais abrangentes, preferencialmente com registro prospectivo e avaliação formal da qualidade metodológica dos estudos primários.

Em síntese, as evidências analisadas permitem responder à pergunta norteadora desta revisão com a seguinte formulação: os padrões de consumo e a formação de reservas financeiras ao longo do curso da vida exercem efeitos diretos sobre o bem-estar na velhice, operando por meio de múltiplos mecanismos cujos efeitos se diferenciam segundo o contexto socioeconômico, o gênero, a escolaridade, a renda e a disponibilidade de sistemas de proteção social. A constituição de reservas financeiras adequadas emerge como condição necessária, embora não suficiente, para a qualidade de vida na longevidade, devendo ser complementada por redes de suporte familiar e social, políticas públicas de educação financeira e mecanismos institucionais de proteção à vulnerabilidade econômica da pessoa idosa. A discordância entre os estudos individuais, que enfatizam a educação financeira, o planejamento pessoal, e os estudos estruturais, que revelaram as violências financeiras e as desigualdades sistêmicas, indica que nenhuma solução unidimensional é capaz de enfrentar, de forma abrangente o desafio do bem-estar na velhice nas sociedades contemporâneas.

Além disso, o conjunto de implicações práticas exigem respostas estruturais da sociedade e do Estado. Os dados de que mais de metade da população brasileira tem níveis “baixos” ou “muito baixos” de preparação financeira para a aposentadoria, somada à





crescente pressão sobre os sistemas previdenciários públicos, mostra uma necessidade urgente de intervenção em várias frentes. No plano educacional, é necessário universalizar e aprofundar a educação financeira desde a infância e a adolescência, com currículos que incluam, de forma contextualizada, temas como planejamento para o consumo e a aposentadoria e a gestão do endividamento. No âmbito das políticas públicas voltadas à população idosa, os dados sobre a violência financeira, o superendividamento e a exploração por crédito consignado exigem uma regulação mais rigorosa das práticas de concessão de crédito a pessoas em situação de vulnerabilidade cognitiva e socioeconômica, assim como a ampliação de serviços de apoio jurídico e psicossocial acessíveis a esse grupo.

Os achados sobre o perfil dos grupos mais vulneráveis (mulheres, negros, desempregados, pessoas com baixa renda e escolaridade) reforçam que as intervenções não podem ser neutras em termos de gênero, raça e classe social. Caso contrário, reproduzirão as desigualdades que se pretendem enfrentar. Por fim, a evidência de que o suporte familiar tem tanto impacto quanto a própria educação financeira individual como preditor do bem-estar na velhice mostra que políticas sociais são importantes para valorizar cuidadores familiares e fortalecer as redes comunitárias de apoio às pessoas idosas. Esses elementos são insubstituíveis em qualquer agenda eficaz para um envelhecimento digno.

5. CONCLUSÃO

A presente revisão integrativa analisou 13 estudos que permitem sugerir que os padrões de consumo e a formação de reservas financeiras ao longo da vida têm efeitos diretos sobre o bem-estar na velhice. Os achados não se configuram como determinantes isolados, mas interagem com variáveis socioeconômicas e comportamentais que se constroem e se intensificam ao longo da vida.

A análise dos três eixos temáticos mostrou que o consumo na velhice reflete trajetórias de acumulação ou de privação construídas ao longo da vida ativa. O déficit de consumo observado na população idosa da América Latina e do Caribe pela OPAS (2023) evidencia que a constituição de reservas financeiras individuais é condição necessária, embora não





suficiente, para a manutenção da qualidade de vida na longevidade. A insuficiência dessas reservas, percebida em mais da metade da população brasileira, é agravada pela ação predatória do mercado de crédito sobre os estratos mais vulneráveis, configurando formas de violência financeira que comprometem a autonomia e a dignidade da pessoa idosa.

No plano comportamental, a revisão identificou que a inadequação no planejamento financeiro não decorre apenas de restrições objetivas de renda, mas de vieses cognitivos que distorcem a tomada de decisão intertemporal e afastam os indivíduos de escolhas de poupança mais eficazes. A dissociação entre a alfabetização financeira declarada e a baixa efetividade das práticas de planejamento, encontrada de forma consistente nos estudos analisados, indica que o conhecimento financeiro é insuficiente para produzir mudanças comportamentais sustentadas, demandando intervenções pedagógicas e institucionais que atuem também sobre a dimensão comportamental da educação.

Diante desse conjunto de evidências, esta revisão reafirma a educação financeira como política pública prioritária e transversal, a ser desenvolvida desde a educação básica e aprofundada nas fases pré- e pós-aposentadoria, com atenção especial aos grupos de maior vulnerabilidade. Paralelamente, a regulação do mercado de crédito dirigido às pessoas idosas, a ampliação dos mecanismos de proteção jurídica contra a exploração financeira e o fortalecimento dos sistemas de previdência complementar, com critérios que respeitem a heterogeneidade de renda da população, constituem frentes de intervenção igualmente urgentes.

Recomenda-se que estudos futuros adotem delineamentos longitudinais e amostras probabilísticas de maior abrangência geográfica, de modo a superar as limitações de causalidade e generalização identificadas na literatura disponível e a avançar na produção de evidências mais robustas para a formulação de políticas voltadas ao envelhecimento digno.





REFERÊNCIAS

ADAM, Anokye Mohammed; FRIMPONG, Siaw; BOADU, Mavis Opoku. **Financial literacy and financial planning: Implication for financial well-being of retirees.** Business and Economic Horizons, v. 13, n. 2, p. 224-236, 2017.

ALMEIDA, Vander Ribeiro de; RIBEIRO, Weslley Carlos. **Planejamento Financeiro para Aposentadoria: Trabalhando com alunos do ensino fundamental sob as perspectivas do Viés da Ancoragem.** Sigmae, Alfenas, v. 13, n. 3, p. 69-93, 2024.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC).** Brasília: CNC, jan. 2024. Disponível em: <https://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/peic>. Acesso em: jun. 2026.

DIAS, Eric Ivantes; SILVA, Antônio Carlos Magalhães da. **Alfabetização financeira e planejamento de aposentadoria no Brasil.** Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 16, n. 3, 2024.

DUQUE, Marília; PINHEIRO, Maria Clara. **O trabalho como terceira via para uma nova longevidade.** GV executivo, v. 25, n. 1, 2026.

GIRELLI, Dereck Bruno; SOUZA, José Barrozo de; COELHO JUNIOR, Thalgo de Paiva. **Aspectos das decisões financeiras do trabalhador em relação à aposentadoria.** Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review), v. 14, n. 5, p. 7914–7942, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da população: Brasil e unidades da federação — revisão 2024.** 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html>. Acesso em: jun. 2026.

KIAEI, M. et al. **Assessing Mediating Role of Financial Satisfaction in the Relationship of Financial Literacy With Quality of Life in Retired Older Adults.** Iranian Journal of Ageing, v. 17, n. 3, p. 322-337, 2022.





LOPES, Nayara Garcia Bueno; OLIVEIRA, Nilza Duarte Aleixo de; ALEIXO, Andréia Duarte; et al. **Importância da educação financeira na aposentadoria: análise de investimentos em previdência complementar.** Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 17, n. 12, 2024.

MANSUETO, Rommel; JUGUILON, Jonah Lynn A.; JUMAWAN, Ricky C.; et al. **Unraveling the Retirement Spending Habits in Siquijor, Philippines: Promoting Support Policies for Retirees.** Journal of Business and Management Studies, v. 7, n. 2, p. 62–77, 2025.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Envelhecimento na América Latina e no Caribe a partir de uma perspectiva de contas nacionais de transferência.** [s.l.: s.n.] Washington, DC, 2023.

PAÇO, Arminda. **O Efeito do Envelhecimento na Qualidade de Vida e no Comportamento de Consumo.** ReMark - Revista Brasileira de Marketing, v. 14, n. 1, p. 84–96, 2015.

PINTO, Marcelo de Rezende; ALMEIDA, Gustavo Tomaz de. **É Possível Relacionar Consumo de Crédito com Bem-estar?** Análises Discursivas Envolvendo Consumidores Idosos de Baixa Renda. Revista de Ciências da Administração, v. 26, n. 66, p. 1–27, 2024.

ROMÃO, Lucas Sell; AMBONI, Nério. **Reflexões da Educação Financeira pelo mundo e no Brasil.** Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, v. 15, n. 1, 2024.

SOUZA, Cristina Pereira de; KISS, Aline Pires; SCHAEFER, Jeferson Rodrigo; et al. **Educação financeira com idosos: Um relato de experiência desenvolvido pelo núcleo de apoio ao superendividado de Canoas.** Revista Prâksis, v. 2, p. 290–307, 2023.

TRIGUEIRO, Tiago Fernando; VIEIRA, Amanda Aires. **Planejamento financeiro pessoal: Obtendo a independência financeira para a aposentadoria.** Revista Foco, v. 18, n. 9, 2025.

VIEIRA, Kelmara Mendes; MATHEIS, Taiane Keila; ROSENBLUM, Tamara Otilia Amaral. **Preparação financeira para aposentadoria: análise multidimensional da percepção dos brasileiros.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 34, n. 91, 2023.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. **The integrative review: updated methodology.** Journal of Advanced Nursing, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

Recebido em: 19/06/2026

Aprovado em: 01/07/2026

Publicado em: 14/07/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 7 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

